CPT

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra | Janeiro a Março de 2013 | Ano 38 – Nº 211

Foto: Divulgação

VIOLÊNCIA SE EXPANDE: assassinatos, perseguições a militantes e violências em todo o país

pág.: 8, 9 e 10

Foto: CPT Nacional

Seminário promovido pelas Pastorais do Campo discute Comunidades Tradicionais, território e Estado

pág.: 5

EDITORIAL

Habemus Papam

Esta edição do Pastoral da Terra foi sendo construída em meio a ruídos ensurdecedores da renúncia de Bento XVI e a escolha do novo Papa, Francisco, e da morte do presidente Hugo Chavez.

A renúncia de Bento XVI, além da debilidade física e cansaço mental, apresentados como razões, deixaram entrever outros motivos mais graves: A impossibilidade de fazer frente, como queria, aos escândalos sexuais da hierarquia, os desmandos financeiros do Instituto das Obras da Religião, IOR, o Banco do Vaticano e uma surda e intensa luta interna pelo poder.

A eleição do novo papa, o argentino Jorge Mario Bergoglio, de certa forma foi uma surpresa. Não europeu, jesuíta. Destaca-se seu modo de vida simples, a preocupação com os pobres. Incômodas são as acusações de conivência com a ditadura militar na Argentina. Mas como bem diz Pedro Casaldáliga, bastante antes do conclave: "Sai Papa, entra Papa e a estrutura continua. O Papa entra na Cúria, fica refém da estrutura." O que está em jogo são duas leituras de Igreja e do concílio Vaticano II, assinala o Pe. Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da CPT: "a dialética da identidade católica entre libertação e restauração."

Já o que tem mais chamado a atenção do mundo na morte do presidente Hugo Chavez foi o mar humano que enfrentou por longas horas, filas intermináveis para saudar essa figura humana, carismática e polêmica. Uma figura que, se queira ou não, marcou a história de nossa América, pela audácia no combate à pobreza, à desigualdade, ao analfabetismo, e pelo confronto aberto com o império estadunidense.

Em meio a estes ruídos continua a vida. No final de janeiro foi concluído o traumático processo de desintrusão dos não indígenas da Terra Indígena Marãiwatsèdè, no Mato Grosso. E a violência faz vítimas em todas as partes. É no Acre, onde a própria CPT está no centro do furacão das agressões e ameaças, é no Maranhão e em outros estados contra os quilombolas, no Mato Grosso do Sul contra os indígenas, no rio de Janeiro contra as lideranças dos sem terra. Sobre isso as comunidades tradicionais puderam fazer ouvir sua voz no seminário organizado pela Articulação das Pastorais do Campo.

2013, a Juventude é tema da Campanha da Fraternidade, mas pela análise do texto-base, ela não é a protagonista, mas a destinatária das ações da Igreja. Ironia do destino, no ano em que a Juventude é o foco, a Casa da Juventude Pe. Burnier, de Goiânia, extingue as ações de formação pastoral que a tornaram referência nacional e internacional. Por outro lado, a juventude rural do Ceará merece uma atenção formativa especial por parte da CPT regional.

A perda de duas pessoas especiais trouxe profunda consternação à CPT. Frei Jean Raguènès, figura emblemática de movimentos na França e agente da CPT no Pará, e João Zinclar, fotógrafo amigo e solidário.

"Façam Justiça" é a bandeira dos profetas, é o que Sandro nos lembra. Essa justiça continua sendo exigência da Ressurreição do Senhor que rompe cadeias e grilhões, até da própria morte, para que seus filhos e filhas vivam vida plena.

Feliz Páscoa!

PUBLICAÇÕES

Catequese Comunitária em Mutirão

Foi editada pela CPT do Rio Grande do Sul, no final de 2012, a segunda edição (revista e ampliada) de Catequese Comunitária em Mutirão. São roteiros para 43 encontros de Iniciação à vida cristã e comunitária – especial para primeira comunhão. Um material a ser utilizado, sobretudo, em assentamentos e acampamentos. A primeira edição saiu em 2002 e foi elaborada de forma coletiva pelos agentes de pastoral dos assentamentos e acampamentos. A segunda edição foi revista e ampliada pelos agentes da CPT, Frei Wilson Dallagnol e Irmã Adilina Benetti. Cada encontro traz uma ilustração feita pela Irmã Teresinha Cardoso.

A Catequese em Mutirão quer ser uma catequese com os "pés no chão", com o "olhar na utopia" do Reino de Deus e com as "mãos na ação" e nas lutas do povo. Além dos encontros, encontra-se no livro "Orações e ensinamentos fundamentais da fé cristã", três parábolas atuais e 37 cânticos da fé e da luta em comunidade. Esse é um material que busca unir intimamente a fé e a vida. Os encontros partem da observação e diálogo sobre a ilustração, e do que diz a "história" e nossa vida, para em seguida passar para a Palavra de Deus. A reflexão leva a relacionar a Palavra da Bíblia e a vida de hoje. Uma riqueza que deveria ser bem conhecida.

Direitos Humanos no Brasil 2012

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos publicou, pelo 13º ano consecutivo, o relatório Direitos Humanos no Brasil 2012. São ao todo 27 textos que abordam as mais diversas situações de violação dos Direitos Humanos, de diferentes categorias de pessoas do povo brasileiro. Os temas abordam "a questão agrária, o trabalho escravo, direitos dos povos indígenas e quilombolas, agrotóxicos, remoções e especulação imobiliária entre outros.", diz a introdução. Antônio Canuto, da secretaria nacional, assina o texto *"O árduo e longo caminho para o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais"*.

Dom Tomás Balduino prefacia esta edição. Nela diz: "Nossa história está pontilhada de silêncios impostos aos fracos e oprimidos que, a partir de sua situação de sofrimento, buscaram organizadamente uma vida digna, humana e boa. É o caso de Palmares de Zumbi, de Canudos de Antônio Conselheiro, de Trombas e Formoso de José Porfírio de Souza, etc. É o caso não só da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito, mas de todo povo Guarani-Kaiowá. É o caso dos povos indígenas, dos quilombolas e dos camponeses. É a partir dessa perspectiva que devemos tomar conhecimento e assumir, como ação prática, a dramaticidade do conteúdo todo da publicação Direitos Humanos no Brasil 2012".

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
MZF
Missionzentrale der Franziskaner
CCFD

ASSINATURAS

Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

Audiência Pública discute regularização fundiária em Campos Lindos (TO)

Uma audiência pública em Campos Lindos (TO) debateu no dia 5 de fevereiro, os conflitos que envolvem o Projeto de Soja de Campos Lindos. A audiência foi uma solicitação de camponeses e posseiros do município, atendida pelo Ministério Público Federal. A disputa envolvendo a área do projeto teve início em 1996, quando o então governador Siqueira Campos decretou como de "utilidade pública" uma área de 105 mil hectares, onde viviam e produziam posseiros e camponeses, há mais de 50 anos. O governo dividiu a terra em várias parcelas que foram distribuídas a um grupo de pessoas escolhidas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, então presidida pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Além da senadora, que na época era deputada federal, outros políticos também foram beneficiados na distribuição de parcelas da área. O caso já foi denunciado pela CPT e pelos próprios posseiros, que registraram denúncia na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 2005, entretanto nenhuma providência foi tomada. Ficou acordada na audiência a composição de uma comissão mista, composta por antropólogos, defensoria pública, entre outros, para produzir um relatório histórico ocupacional, com a finalidade de, enfim, regularizar a área.

INCRA assenta mandante do assassinato de extrativistas em Nova Ipixuna

José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas (José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva) foi assentado pela Superintendência do INCRA de Marabá no mesmo lote, pelo qual, ele mandou matar o casal. A decisão do INCRA beneficiando o mandante dos crimes se deu em 14 de dezembro último. Rodrigues comprou ilegalmente 144 hectares de terra, pelo valor de 100 mil reais, no interior do Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranheira, em 2010. Uma área de floresta primária com grande incidência de castanheiras, cupuaçus e açaís, usada para atividade extrativista. Em metade da área que ele comprou, existiam três famílias que passaram a ser ameaçadas de expulsão. José Cláudio e Maria deram apoio às famílias e impediram que José Rodrigues as expulsasse e se apropriasse da área. Por essa razão, Rodrigues decidiu mandar matar o casal. O crime ocorreu no interior do Projeto de Assentamento no dia 24 de maio de 2011. A CPT e outros movimentos sociais e sindicais da região estão entrando com um requerimento junto ao Ministério Público, pedindo a instauração de um inquérito que investigue a atuação do INCRA nessa ação ilegal.

Setor de Documentação da CPT recebe o nome de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Entre as comemorações dos 90 anos de Dom Tomás Balduino, recém completados em dezembro último, a CPT o homenageou dando o seu nome ao Setor de Documentação, que passou a se chamar de Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Nos dias 8 e 9 de dezembro, em evento realizado na cidade de Goiás, Dom Tomás havia recebido da CPT Nacional, a placa que daria o seu nome ao Setor. No último dia 8 de fevereiro, durante reunião da Coordenação Nacional, em cerimônia singela, foi afixada no setor a placa que diz:

Foto: CPT Nacional

"CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO:

A Comissão Pastoral da Terra homenageia Dom Tomás Balduino, no marco de seus 90 anos, por sua fidelidade ao Deus dos pobres a serviço dos pobres da terra.

31 de dezembro de 2012.".

Na cerimônia foi lembrado o exemplo de resistência e de luta de Dom Tomás, durante anos a fio, para garantir os direitos dos trabalhadores do campo.

Juiz concede liminar de despejo contra o quilombo Brejo dos Crioulos

Foto: Racismo Ambiental

Apesar do quilombo de Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais, ter tido suas terras reconhecidas por decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff, em 29 de setembro de 2011, o juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG) deu mandado de despejo contra a comunidade quilombola e a favor da Fazenda São Miguel, de propriedade de Miguel Véo Filho. Esta fazenda é uma das que o INCRA ficou de entregar aos quilombolas em dezembro de 2012, conforme reunião realizada em Brasília, no INCRA e na Casa Civil, em setembro do ano passado, em que a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) esteve presente. O fazendeiro resgatou uma ação de 2009, antes da assinatura do decreto, e o juiz emitiu o despejo. O advogado dos quilombolas, depois da decisão do Juiz, entrou com recurso, que foi negado no final de fevereiro. A CPT em Minas Gerais encaminhou à SEPPIR solicitação de apoio, pedindo para que o órgão interfira no caso, junto ao Ministério Público Federal. A Articulação das Pastorais do Campo que reúne a CPT, CIMI, PJR, SPM, CPP e Cáritas divulgou, no dia 6 de março, Nota Pública em que repudia a decisão do juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG). As Pastorais "exigem que o Incra execute imediatamente a desapropriação da área do Brejo dos Crioulos, assinada pela presidenta da República, retirando todos os que ilegalmente a ocupam".

Ocupações de terra, prédios públicos e marchas marcam Jornada das Mulheres

Foto: MST

Teve início no dia 4 de março, a Jornada de Luta das Mulheres da Via Campesina, que realiza uma série de atividades em todo o Brasil que relembram o 8 de março. Este ano, a jornada teve como lema "Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos", e como objetivo de cobrar a Reforma Agrária, o assentamento das mais de 150 mil famílias acampadas em todo o país, e denunciar o modelo destrutivo do agronegócio. Foram ocupadas terras, empresas de agrotóxicos, prédios públicos e realizadas marchas, atos e trancamento de rodovias em diversos estados do Brasil. Em Brasília, no dia 7, os cerca de mil sem terras que estavam acampados no acampamento batizado de Hugo Chávez, ocuparam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No Tocantins, no município de Aliança, cerca de 500 mulheres do MST ocuparam a fazenda Aliança, de propriedade da família da ruralista Kátia Abreu (PSD-TO), para denunciar os passivos ambientais da área. Em Pernambuco, cerca de 400 trabalhadoras rurais do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocuparam a Usina Maravilha, no município de Condado. A usina, pertencente ao Grupo Andrade Queiroz, um dos maiores concentradores de terras do estado, está sem operar desde a década de 1990. Ela cedia as terras à Cruangi que tinha outra propriedade. Outras ações ocorreram, também, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Pará, Espírito Santo e Mato Grosso.

ANÁLISE

A renúncia do Papa e o futuro da Igreja

No momento histórico de renúncia do papa Bento XVI e às vésperas da realização de um novo Conclave, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e o Pe. Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da CPT, refletiram sobre este fato e sobre o futuro da Igreja.

Foto: Agência Reuters

PEDRO CASALDÁLIGA: "Devemos agir em rebelde fidelidade"

"Muitos comentários tem aparecido, depois da renúncia do Papa, que apontam para várias causas dessa renúncia. Mais do que o Papa doente, quem está doente é a cúria romana. Essa estrutura de poder e centralidade não responde em nada à verdadeira colegialidade. Esse pecado de ser o Vaticano um Estado e o Papa chefe de Estado é um absurdo, e muitos o definem como tal. Sai Papa, entra Papa e continua a estrutura.O que pode acontecer com o novo Papa? Se somos realistas, as expectativas não são muito alentadoras. O Papa entra na Cúria, fica refém da estrutura. Falando do futuro da Igreja, aí nossa esperança é contra toda esperança. Somos o povo da Páscoa, entre a Cruz e a Ressurreição. Sair da Igreja não é solução. As verdadeiras revoluções se fizeram de dentro, no dia a dia, o que não significa que devemos obedecer com os olhos infantilmente fechados. Devemos viver e agir em rebelde fidelidade.

O papado como é hoje, é um impossível ecumênico.".

DOM TOMÁS BALDUINO: "Precisamos de um papa de diálogo e escuta com o episcopado"

"Achei positiva a atitude do Papa em renunciar, pelo fato dele ter rompido a continuidade com o papado anterior de João Paulo II. Sem esta renúncia o continuísmo iria durar ainda vários anos, gerando a estagnação na vida da Igreja e o agravamento das atuais crises. Mas o que estaria por trás dessa renúncia? O próprio Bento XVI, corajosamente, o foi expressando com mais clareza depois do seu anúncio escrito: perda da energia pessoal exigida pelo cumprimento do seu pesado encargo; escândalos morais de caráter sexual no corpo eclesiástico em várias partes do mundo; a Cúria romana, palco de escândalos morais. financeiros, de quebra de confiança e de corrida ao poder. Bento XVI confessou seu sofrimento e angústia dizendo que 'Dio sembrava dormire', Deus parecia estar dormindo enquanto ele orava. Não transparece, entretanto, nestes motivos a responsabilidade pela missão da Igreja: Papa, Bispos e Povo de Deus diante dos desafios do mundo de hoje.

Depois do Vaticano II ficou muito claro que o que impede a Igreja de exercer sua missão no mundo, segundo o Evangelho de Jesus, é o próprio papado. Uma das perspectivas em face desta doença histórica do papado seria uma reforma profunda do mesmo. Outras perspectivas seriam: abrir o espaço para a mulher na Igreja; a revisão da lei do celibato; do sistema de nomeação dos bispos; o reforço da colegialidade; a liberdade da reflexão teológica e a retomada do ecumenismo e do macro-ecumenismo. Um novo pontífice deveria ser um papa que reconheça, com humildade, a doença da Igreja acumulada ao logo da História e aceite colaborar na sua cura. Papa pastor, amigo e irmão, não administrador, nem soberano, nem tirano. Um papa de diálogo e escuta com o episcopado, e não mestre infalível do mesmo. Um homem de diálogo com o mundo, respeitoso de suas diferenças e de suas conquistas científicas, políticas e sociais.".

Pe. Flávio Lazzarin: Vaticano II: dois Concílios?

O pontificado de Bento XVI, que termina com uma surpreendente renúncia, continua fortemente marcado por um debate duro e polêmico sobre a interpretação e a herança do Concílio. A renúncia teve, para além das motivações pessoais do Papa e dos contextos curiais e bancários, um impacto mediático inevitável e se caracteriza quase como um golpe político, que preanuncia cenários de continuidade com relação ao modelo de Igreja institucional vigente. A não ser que o Espírito Santo consiga atropelar as prudências e os oportunismos diplomáticos do Conclave e intervir também nos destinos do Papado, como fez, de forma única e inesperada, com a escolha de João XXIII.

É o Concílio que continua em discussão e prova disto são as recentes afirmações de Bento XVI, no seu último encontro com os padres de Roma, em 14 de fevereiro: "A mídia oferece uma imagem distorcida do Concílio. Agora, é necessária uma leitura do espírito do Vaticano II". O Papa defende a tese de que o dilema na interpretação do Concílio seria a oposição entre o evento – e os documentos – fruto de uma espiritual unanimidade – e uniformidade – dos Padres conciliares e a cobertura jornalística, que o teria desfigurado reduzindo-o a mero acontecimento político, propiciando assim equívocos, arbitrariedades e traições.

Esta abordagem parece reduzir as inegáveis tensões e conflitos intra-eclesiais, a rupturas da fraternidade causadas pelos pecados e vícios pessoais dos homens de Igreja, excluindo sistematicamente as diferenças teológicas e ideológicas. Parecem assim escamoteadas dialéticas que marcaram a teologia européia destes últimos cinquenta anos, e condenadas ao silêncio póstumo as vozes de muitos teólogos que não pouparam críticas fraternas à condução da estação pós-conciliar. Como disse o Cardeal Carlo Maria Martini: "A Igreja ficou 200 anos para trás. Como é possível que ela não se sacuda? Temos medo? Medo ao invés de coragem? No entanto, a fé é o fundamento da Igreja. A fé, a confiança, a coragem".

É na América Latina, porém, que a tese da unanimidade e uniformidade da interpretação do Concílio é definitivamente desmentida. Aqui, a guerra contra Medellín, fruto maduro do Vaticano II, não foi meramente ideológica, porque não foram vitimadas somente as teologias, mas, junto com elas teólogos, teólogas, bispos, padres, religiosas e religiosos e, sobretudo, as comunidades dos pobres, que enfrentaram e enfrentam a injustiça, com o poder pobre e crucificado de Jesus de Nazaré e de seu Evangelho. Em suma, não é possível negar na leitura da atual conjuntura eclesiástica, a dialética da identidade católica entre libertação e restauração.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

“Território não se negocia, não se vende, não se troca”

CRISTIANE PASSOS*

Entre os dias 25 e 28 de fevereiro foi realizado no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás, o Seminário ***Os territórios das comunidades tradicionais e o Estado brasileiro.***

Organizado pela articulação das Pastorais Sociais do Campo, integrada por Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Seminário reuniu cerca de 120 pessoas de comunidades tradicionais e agentes de pastoral, de todo o país.

O evento teve início com cantos, orações e canções tradicionais de quilombolas, indígenas, comunidades de fundos de pasto e pescadores. Em seguida, os participantes se dividiram em grupos de trabalho para partilhar as histórias de violência, de resistência, e a presença do Estado nessas situações. Também deviam ser compartilhadas estórias de esperança e experiências bem sucedidas. Conflitos territoriais, ameaças e violências, foram elementos comuns nas falas apresentadas no Seminário.

Entretanto, comum também é o desejo de fortalecimento da luta e das articulações. Em todos os depoimentos ficou clara a necessidade de unificação dos movimentos e organizações sociais, bem como o fortalecimento das parcerias, em prol do sucesso de suas reivindicações.

Segundo indígenas presentes no Seminário, os conflitos pelo território tem prejudicado, até mesmo, sua cultura e tradições. Quilombolas do Rio dos Macacos, na Bahia, denunciaram a ação da Marinha e a violência contra a comunidade. Eles são proibidos, inclusive, de cultivar a terra. Os que resistem acabam apanhando. 360 famílias de fundo de pasto, da Bahia, tentam resistir à expulsão, mesmo em um cenário de omissão total por parte do governo.

Foto: CPT Nacional

Direito à terra e ao território

“Nós não precisamos de bolsa família... precisamos ter nosso território livre”. Dessa forma os participantes do Seminário ressaltaram que sua principal luta comum, atualmente, é a luta pelo território. O evento contou com a assessoria do advogado do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Adelar Cupsinski, na discussão sobre a Constituição Federal e os direitos das comunidades tradicionais. Entre eles, a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que discorre sobre povos indígenas e tribais.

De acordo com informações do advogado, a Constituição precisa ser analisada como um todo. Os direitos das comunidades já estão implícitos na Carta Magna, mas precisam ser melhor definidos. Entretanto, as comunidades garantem que pouco dos direitos assegurados pela Constituição são praticados. De acordo com o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), dos 1.838 territórios quilombolas mapeados, até o dia de hoje somente 121 possuem título. Segundo Adelar, o Estado brasileiro sempre restringiu os direitos dos povos e comunidades tradicionais, mesmo após a promulgação da constituição de 1988.

O advogado destacou, ainda, os elementos que compõem a questão dos territórios tradicionais. A conquista do território não se limita à posse da terra. Ao estar nos territórios em liberdade tem que existir, também, dignidade e identidade. “Dignidade é tudo aquilo que não tem preço: não se vende e nem se compra”, completou ele, que também destacou que a Constituição Federal assegura os direitos dos camponeses e camponesas, e a própria realização da reforma agrária. Os artigos 184 e 186, respectivamente, que garantem a desapropriação de terras para reforma agrária das terras que não cumprem sua função social, são um exemplo disso.

Além disso, os artigos 231 e 232 reconhecem o direito aos povos indígenas a suas organizações e formas de vida e cultura. E dentro desse contexto, está o território. A condição de território a uma comunidade tradicional vai muito além da terra como modo de produção. Há vários elementos que permeiam a cultura desses povos e os relacionam, de formas diferentes, ao território que ocupam.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais

Os participantes do Seminário divulgaram, no dia 28, Carta Final do Encontro, onde reafirmam seus processos de luta, de resistência e o intuito de fortalecer a articulação dos povos e comunidades orginárias. De acordo com o documento, “Vivemos o encontro como um momento histórico, que confirma a realidade indiscutível de uma articulação e aliança entre povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses. O diálogo entre povos e comunidades que expressam culturas e tradições diferentes, frequentemente marcadas por preconceitos e rejeição, volta-se para a defesa e reconquista dos nossos territórios. Este é o processo que unifica sonhos e estratégias na construção de um País diferente que se opõe à doença capitalista do agro e hidronegócio, mineração, hidroelétricas, incentivada e financiada pelo Estado, em nome do chamado desenvolvimento e crescimento do Brasil”.

Ainda segundo a Carta, “Não nos deixaremos curvar pelo avanço insaciável do capitalismo com o seu cortejo de políticas governamentais nefastas e genocidas. Território não se negocia não se vende não se troca. É o espaço sagrado onde fazemos crescer a vida, nossa cultura e jeito de viver, nos organizar, ser livres e felizes. ‘Territórios livres, já!!!’”.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Ano da Juventude?

CARMEM LÚCIA TEIXEIRA*

Foto: Caju

O ano de 2013 está sendo chamado, por alguns, de "ano da juventude". Se for pela Campanha da Fraternidade, temos que nos perguntar muito sobre o contexto social em que está sendo desenvolvida. Se for pela Jornada Mundial da Juventude, uma pergunta, que permeia este evento refere-se à intencionalidade política da sua realização no Brasil. Além de outros fatos, também podemos referir-nos às Conferências de Juventude que geram processos muito bons de encontros e diálogos entre jovens, porém, em sua efetivação, se deparam com um caminho lento quando chegam ao Senado e Câmara Federal. O que não podemos ignorar, contudo, é que a juventude está em pauta.

Se considerarmos os 52 milhões de jovens entre 15 e 29 anos neste país, segundo o IBGE, retomamos a ideia da "onda jovem" presente em nossa realidade brasileira até 2015. Depois, a pirâmide etária começará a decair. Porém, hoje estamos falando de um campo de disputa sobre e de sujeitos jovens. Também pode-se falar em possibilidades de ação de atenção, uma vez que há um clamor por vida, onde está também o maior índice de mortalidade por causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito), segundo o Mapa da Violência 2012.

Lendo o texto da Campanha da Fraternidade, podemos fazer várias perguntas. O texto centra seu foco nas redes sociais, apresentando este lugar como espaço de evangelização. Porém, os verbos mais utilizados no documento, também na ação sugerida, se referem ao mundo adulto, ou seja, aos sujeitos que escrevem o documento. Se as redes sociais, os espaços, são construídos, em sua maioria, pelos jovens, e estes tem o controle, são eles/elas que permitem, ou não, a entrada dos adultos em seus perfis, como, então, este mundo adulto vai "auxiliar" ou "ajudar" no processo de evangelização da juventude? Se ele está fora, ou se entra, é porque tem a permissão dos jovens. Ao ler o texto tem-se a impressão que estamos nos propondo, como Igreja, como adultos, evangelizar como se estivéssemos na década de 60, onde estes recursos tecnológicos faziam parte de uma imaginação.

Por isto, se torna um discurso sobre jovens, como afirmou Hilário Dick, em sua crítica ao texto base. O texto trata como margem ou como nota de rodapé o tema da Campanha contra o Extermínio de Juventude, de modo especial da juventude negra. Não se preocupa com estes dados. Não traz nenhuma informação sobre a população carcerária, maioria jovem empobrecida, sem escolaridade e negra. Não fala do contexto da globalização neoliberal que exclui, mata, elimina tudo que não dá lucro, conforme reflete Pedro Ribeiro, no texto base em preparação ao 13º Intereclesial. Então para que esta Campanha da Fraternidade? Apenas uma estratégia para preparar a vinda do Papa ao Brasil? Ela nos convoca a ser fraternos com a juventude, em um tempo que os jovens são tratados como inimigos ou responsáveis por muitas das mazelas produzidas por este sistema?

No modelo de Igreja que está sendo reforçado por várias mobilizações, que tipo de jovens cabe? Os jovens subservientes que reforçam o modelo da concentração da riqueza em mãos de poucos e ainda, com pouco ou nada de cuidado com o planeta? Uma religião que alimenta o sistema? Não é a proposta amorosa de Jesus que toca nas estruturas. Esse modelo é contrário ao proposto por Jesus que é livre e formava pessoas autônomas por onde passava anunciando "Boas Notícias". E este anúncio de Jesus mudou a vida toda, por isto, nossas práticas exigem que se mude a vida toda da juventude – educação, saúde, lazer, trabalho, vida segura...

Apesar disso podemos afirmar que em tempo de quaresma, chamado à conversão, exercitar a fraternidade e juventude é deixar-se converter por um caminho que provoca o fortalecimento da comunidade e de pessoas com um compromisso e cuidado com a vida, portanto, sujeitos da história. A fraternidade irá exigir o mesmo olhar de Jesus para com a juventude. Ver em cada jovem, a diversidade com que ele/ela se apresenta ao mundo, reconhecer e dar oportunidades para que cada um e cada uma se revele como ser único, possuidor de uma palavra a ser dita ao mundo. Conectar-se com uma visão de mundo onde a vida simples, o bem viver, as relações afetivas, o cuidado com a outra pessoa, a formação de grupo, a construção e projetos de vida estejam muito presentes. Estas respostas serão contrárias àquelas oferecidas pelo sistema neoliberal. Por isto, a Campanha da Fraternidade clama que o tema da Juventude seja assumido pela Igreja e pela sociedade com ações que defendam a vida desde a vida do planeta, a vida comunitária e a vida da juventude. Por isto, engajar-se na Campanha contra o extermínio de jovens, contra a redução da maioridade penal e pela implantação de políticas públicas que garantam direitos são algumas das ações a serem assumidas neste ano. Poderia se dizer que assim ele será um ano da juventude, porque se viveu a fraternidade e se defendeu a vida.

*mestre em Ciências da Religião, especialista em psicopedagogia e graduada em Ciências Sociais. Pesquisadora em juventude, membro do Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude, autora de livros sobre o tema juventude.

Caju, suspensão inexplicável

Neste ano em que a Igreja tem como temática principal a Juventude - ironia do destino - foram suspensos os projetos de formação desenvolvidos pela Casa da Juventude Padre Burnier, CAJU, de Goiânia. Seus educadores foram demitidos, por ordem da Província Centro-Leste dos jesuítas. A Caju, com 29 anos de atuação, era reconhecida nacional e internacionalmente por sua participação qualificada em todos os eventos para os quais era convocada. A CNBB contou com a assessoria de Carmen Lúcia Teixeira, da equipe da Caju, para seu Setor da Juventude, de 1998 a 2003. Os Regionais da CNBB e mesmo o CELAM, Conselho Episcopal Latinoamericano, buscavam a assessoria e o apoio da Caju para o trabalho com jovens.

Os demitidos, apaixonados pelo trabalho que faziam, constituíram a CAJU Assessoria, entidade que vai continuar prestando os mesmos serviços, antes vinculados à Casa da Juventude.

CONFLITOS

Marãiwatsèdè: o fim de uma longa novela?

ANTÔNIO CANUTO*

A desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsèdè, no Mato Grosso, foi oficialmente concluída em 28 de janeiro. A operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2012. O processo teve início em 7 de novembro e os invasores começaram a ser gradualmente retirados pela Força Nacional em 9 de dezembro.

Um processo traumático

O processo dessa desintrusão foi traumático. Foi desenvolvida ampla campanha midiática contra os índios, inflou-se o número de pessoas a serem retiradas; foram organizadas manifestações na área com a presença de políticos dos municípios da região e deputados estaduais e federais; foram bloqueadas estradas, tanto na região, como em quase todo o estado e montadas armadilhas contra a Força Nacional. Pontes de acesso à aldeia foram queimadas, e com um carro da Força Nacional e com um caminhão da Funasa com cestas básicas para os indígenas, aconteceu o mesmo. A aldeia foi borrifada com agrotóxicos. Foi atribuída a Dom Pedro Casaldáliga a responsabilidade pela definição da área e pelo menos duas ameaças de morte contra ele foram registradas.

50 anos de esbulho e espoliação

A presença dos Xavante em Marãiwatsèdè é atestada por pesquisadores. O próprio governo do estado, em 1950, pelo Decreto 903 reconheceu haver terras ocupadas pelos Xavante na região, e deu o prazo de dois anos para que o Serviço de Proteção ao Índio as demarcasse. Logo o estado passou a vender todas as terras. Assim, Ariosto da Riva chegou a ter na região mais de um milhão de hectares, incluindo aldeias Xavante. Parte da área, 696.000 hectares, foi vendida à família Ometto, que formou a Fazenda Suiá Missu.

Em junho de 1965, o banqueiro Armando Conde, do Banco de Crédito Nacional (BCN), esteve na Suiá Missu e registrou: "A sede da Suiá ainda estava instalada no lugar de uma antiga aldeia xavante. ... Ficamos um dia na sede da Suiá, onde me distraí com uns indiozinhos xavante" . Em 1966, depois de negociações com Funai e padres Salesianos, os índios foram transferidos para a aldeia de São Marcos, em aviões da FAB. Nunca esqueceram Marãiwatsèdè.

Em 1980, a Suiá-Missu foi vendida para a empresa italiana Agip Petroli que, em 1989, foi denunciada pela Campanha Norte-Sul, criada por parlamentares e ativistas italianos, por ocupar terras indígenas Xavante. Com o mal estar internacional criado, a Funai criou um Grupo de Trabalho – GT - para a identificação da área. Este GT, em abril de 1992, entregou à Funai o relatório que propunha uma área em torno a 200 mil hectares como Território Xavante. Incluía a área ainda não desmatada e outras áreas de antigas aldeias onde havia a presença de posseiros. Para o processo ser mais rápido, a Funai achou por bem demarcar apenas a área das terras ocupadas pela Suiá Missu, (165.000 hectares), hoje desintrusadas, onde não havia ninguém. Durante a Rio 92, o presidente da AGIP, Gabriele Cagliari, se comprometeu publicamente a devolver a área aos Xavante.

Este anúncio desagradou executivos da subsidiária brasileira, bem como políticos e fazendeiros da região, que promoveram rápida ocupação da área. Em 20 de junho, políticos de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista, MT, fizeram reunião com os invasores. As falas, gravadas, deixam claro que a invasão era para impedir a volta dos Xavante, como bem o expressou o prefeito de São Félix do Araguaia, José Antonio de Almeida, Bau: *"Se a população achou por bem tomar conta dessa terra em vez de dá-la para os índios, nós temos que dar esse respaldo para o povo"*.

Em 1993, foi assinada Portaria declarando a área como Terra Indígena Marãiwatsèdè, que foi demarcada em 1995 e homologada em 1998. Em 2000, decisão da Justiça Federal garantiu o retorno dos Xavante, decisão cassada posteriormente. Em 2004, cansados de esperar, os indígenas acamparam as margens da BR 158, em condições desumanas. Depois de onze meses decidiram entrar na área.

Em 2005, a antropóloga Inês Rosa Bueno foi nomeada perita judicial deste processo. Elaborou alentado estudo, respondendo aos quesitos da Justiça. Demonstrou através de dados históricos, geográficos e antropológicos tratar-se de território Xavante. Esse trabalho, porém, nunca foi levado em consideração, e a autora diz sofrer ameaças e retaliações até hoje por isso.

E se sucederam medidas judiciais, ora determinando a desintrusão dos que invadiram, ora a suspensão da sentença. Tentaram-se, ainda, medidas como a do não reconhecimento do laudo antropológico, a da ilegalidade da demarcação pela Funai, e chegou-se, em junho de 2011, à aprovação de uma lei estadual que autorizava o governo do estado a oferecer à União permuta da área do Parque Estadual do Araguaia, em troca da área invadida. Xavantes de outras aldeias foram cooptados para dizerem que a área não lhes interessava.

Em 2012, ante a não aceitação da permuta pelos índios, o Tribunal Regional Federal cassou a liminar que suspendia a desintrusão. Funai e MPF apresentaram então o plano de desintrusão, a ser iniciado em outubro. Mas, em 13 de setembro, sob a alegação "de exaltação dos ânimos", outra sentença suspendeu a ação. Por fim, em outubro, o STF determinou a desintrusão. 20 anos de um festival de agressões aos direitos indígenas. Quem vai ser responsabilizado?

Foto: Greempeace

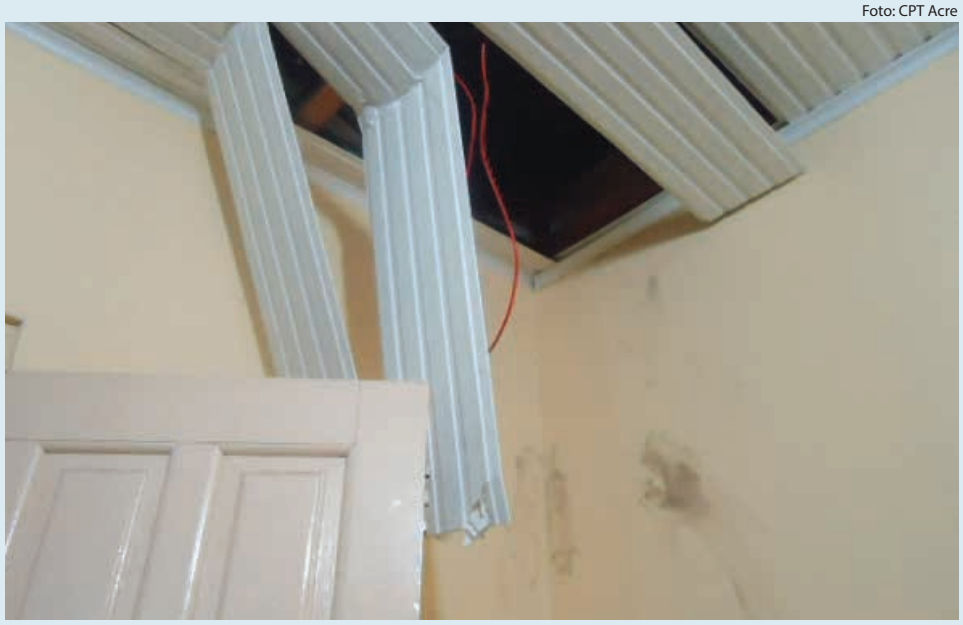
*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

DENÚ

Invasões e ameaças contra agent

DARLENE BRAGA*

Foto: CPT Acre



O modelo capitalista de desenvolvimento, baseado no uso privado dos recursos naturais até seu esgotamento, está se impondo cada vez mais, também, na Amazônia. As políticas públicas dos governos, os financiamentos, os interesses econômicos dos empreendimentos nacionais e transnacionais, junto com o bombardeio constante dos meios de comunicação, estão modificando o mundo cultural dos povos da Amazônia. Estes são considerados de cultura primitiva, com uma agricultura de subsistência.

A CPT sempre questionando o latifúndio e as novas formas de apropriação dos meios naturais coletivos para transformá-los apenas em capital de acúmulo para alguns, vem sofrendo ameaças e intimidação ao serviço desenvolvido em apoio à causa dos trabalhadores e das comunidades tradicionais. Após a grande articulação das CPT's que atuam na Amazônia, e a intensificação da atuação da CPT Acre em conflitos no estado e no sul do Amazonas, ameaças, invasões e arrombamentos na sede da Comissão passaram a ser constantes.

As ameaças

As ameaças foram direcionadas ao agente pastoral que atua em Boca do Acre, Cosme Capistano da Silva e à coordenadora da CPT Acre, Maria Darlene Braga Martins.

1 - Telefonema 01 – 3 de junho de 2012, às 21 horas. Um homem, disfarçando a voz, ligou para o celular do agente Cosme e disse: "Estou ligando pra você avisar pros seus amigos da CPT que morreu gente no Pará, Rondônia e agora vai ser no Amazonas e no Acre... daí por diante".

2 - Telefone 02 – 8 de junho de 2012, às 10h35. Um homem de voz grossa ligou para a sede do regional no Acre. Perguntou se era da Comissão Pastoral da Terra. Ao receber resposta positiva disse: "Você diga àquele seu amiguinho Cosme lá de Boca do Acre e aquela sua amiguinha Darlene que eles estão na lista", e em seguida desligou.

Em uma oportunidade em que a equipe da CPT visitava as comunidades da bacia hidrográfica do riozinho do Rola (comunidade atingida pelo manejo madeireiro), o veículo em que estava o Sr. Mozar Marcondes Filho, que se diz proprietário do seringal que era visitado, parou em frente ao veículo da CPT e passou a fotografá-lo.

Arrombamentos

Em 30 de novembro de 2011, a sede da CPT em Rio Branco foi arrombada, mas nada foi levado. No dia 15 de agosto de 2012, mais uma vez a sede da CPT foi arrombada e, novamente, nada foi levado. Dez dias depois, 25 de agosto, nova invasão da sede. Todas as portas foram arrombadas. Os invasores entraram também na sala da coordenação. Nas salas havia cheques assinados, dinheiro em espécie, equipamentos (data show, notebooks, computadores, máquinas fotográficas...) e nada foi levado. E ainda deixaram o dinheiro e cheques que estavam na gaveta em cima da mesa, de forma bem visível, comprovando assim não se tratar de roubo.

Mas em janeiro de 2013 é que a situações se agravou. Na madrugada do dia 20 para o dia 21, a sede foi novamente invadida. O local foi destelhado e o forro destruído, para permitir o acesso às dependências. Foram roubados computadores, data show, impressoras, máquinas fotográficas, além de muitos documentos. A CPT registrou boletim de ocorrência na polícia e fez os demais encaminhamentos legais. Solicitou perícia da Polícia Civil. Esta informou que não foi encontrada nenhuma impressão digital que pudesse levar aos suspeitos de tal violência. Tudo leva a crer que a ação criminosa

Foto: CPT Acre

UNCIA

es da CPT: o coronelismo voltou?

tenha sido executada por um profissional bem orientado do que deveria retirar do local, e capaz de dificultar a investigação policial, não se tratando, portanto, de um furto comum. Isso fica ainda mais evidente uma vez que, na madrugada do dia 21 para o dia 22, a mesma sede foi mais uma vez invadida e as únicas coisas levadas foram documentos.

Preocupada com a segurança dos seus agentes e voluntários, a CPT promoveu uma reunião com os movimentos sociais, a diocese de Rio Branco, o Movimento de Direitos Humanos, a CPT Nacional, o RECID, a Secretaria de Segurança Pública, o MPE, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e voluntários, para socializar os fatos e discutir encaminhamentos possíveis. Entre outros encaminhamentos, concordou-se em realizar no dia 30 de janeiro um ato público na sede da CPT, para dar visibilidade à situação e para cobrar do Estado medidas de proteção para os agentes pastorais, e agilidade e transparência nas investigações.

No dia 29 de janeiro, a equipe havia deixado tudo arrumado para receber as pessoas no dia seguinte. Para surpresa de todos, nesta noite a sede da CPT foi mais uma vez arrombada. E a destruição foi maior. Portas foram arrombadas, materiais rasgados, fotos cortadas com faca, uma forma requintada de intimidação aos agentes pastorais que ali desenvolvem sua missão, e uma demonstração de que os que praticam tais atos têm respaldo e de que são acobertados pela impunidade. Escrito em uma parede: "Vocês vão me pagar, merdinhas!", revelava as ameaças.

Com esses três últimos episódios, computam-se, desde novembro de 2011, seis casos de invasão à sede da CPT. Segundo os agentes da CPT Acre essas invasões se intensificaram após a Pastoral ter denunciado irregularidades em planos de manejo florestal, e a ação de fazendeiros e madeireiros no estado do Acre e sul do Amazonas. Mesmo com todas as denúncias feitas junto ao Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Secretarias de Direitos Humanos, com a abertura de três inquéritos, nada se resolveu até o momento.

Contexto de crimes ambientais

Os seringais estão sendo atingidos pelos planos de manejo florestal emitidos a favor de grandes empresas da região. Denúncias já foram feitas pelos próprios seringueiros da bacia hidrográfica do riozinho do Rola, ao MPE e ao MPF. "Um ramal foi aberto pela madeireira, em minhas terras e sem minha autorização", diz João Manoel de Lima, posseiro no Seringal São Bernardo. Em outro caso, a denúncia foi de aterramento de um igarapé no seringal Cachoeira, o que acabou ocasionando a morte de peixes e deixou os animais criados no local sem água para beber. No Seringal São Bernardo, segundo o posseiro Claudino dos Santos, o problema foi o mesmo. "Os aterros prejudicaram a nascente, de onde retiramos água para beber. Ela agora está poluída. E ainda destruíram as estradas de seringa e os piques de castanha", completou ele quando da denúncia.

A agonia da bacia do riozinho do Rola

No documento intitulado pelos seringueiros de "Agonia da Bacia do Riozinho do Rola", a comunidade denuncia as irregularidades do Plano de Manejo Florestal. Essa denúncia levou o MPF a acionar o Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), para suspender a licença do plano de manejo da empresa Laminados Triunfo, conforme consta no DOE nº 10.698 de 19 de dezembro de 2012. A empresa continua explorando a área e a ela foi aplicada a irrisória multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), confirmada pela Sra. Marcela (representante do IMAC) em reunião com entidades e órgãos governamentais na Diocese de Rio Branco.

Foto: CPT Acre

"É vergonhoso ver que uma madeireira explora a área sem critério algum, está fazendo um dano ambiental enorme, é autuada e depois liberada para continuar o manejo florestal, e é apenas multada em mil reais", comentou o senhor Sulino, do seringal São Bernardo. Alguns seringais do sul do Amazonas também são alvo de ameaças, expropriação e descaso do poder público.

Manejo Florestal foi uma proposta defendida por Chico Mendes, nos anos 80, e assumida pelos seringueiros e comunidades ribeirinhas que, desde então, defendem a criação das reservas extrativistas, como forma de garantir os direitos das populações tradicionais e a defesa da floresta. No entanto, muitas empresas vêm mascarando suas ações sob o conceito de projetos de manejo florestal comunitário, para driblar a legislação. Usam do discurso de manejo sustentável dos produtos madeireiros e não madeireiros das florestas, mas, não só destroem a floresta nativa, como colocam em risco a vida e a cultura de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e indígenas. A ação da CPT prejudica diretamente o interesse econômico de alguns madeireiros, fazendeiros e grileiros de terra que, em nome do "desenvolvimento", saqueiam a Amazônia, destroem famílias, interrompem o sonho das populações e de uma Amazônia onde o bem viver é o único modo de vida para as famílias.

**coordenação da CPT Acre.*

VIOLÊNCIAS

A cerca dá fome. Não tem nada “pra cumê”?

Breve balanço dos conflitos agrários do Maranhão no primeiro bimestre de 2013.

DIOGO CABRAL*

A negação do direito de comer, de trabalhar e de morar sob um teto são consequências imediatas de centenas de conflitos pela terra e território, que transformam o Maranhão numa terra árida de justiça e equidade.

Na comunidade Vilela, situada entre os municípios de Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi e Amapá do Maranhão, mais de 100 famílias não podem realizar plantio de alimentos saudáveis, pois o grileiro de terras Nestor Osvaldo Finger, com a presença de homens armados, cercou parte da área de plantio das centenas de famílias, impedindo o acesso das mesmas às áreas agricultáveis. Na mesma região, na comunidade São João, uma senhora teve sua casa incendiada criminosamente por grileiros. No quilombo de Santa Maria dos Moreiras, zona rural de Codó, animais do deputado estadual Cesar Pires (DEM), líder do governo Roseana Sarney na Assembleia, causaram prejuízos robustos aos quilombolas. Ademais, na localidade, em 3 de fevereiro, duas casas foram incendiadas. Ainda em Codó, na comunidade Vergel, a capela foi incendiada, várias espécies vegetais derrubadas para venda clandestina e 12 famílias ameaçadas de morte.

No território de Campestre, zona rural de Timbiras, a liderança Brechó sofreu tentativa de homicídio, quando três tiros foram disparados contra sua pessoa por desconhecidos, no dia 16 de fevereiro. No quilombo Depósito, município de Brejo, a partir do dia 26 de janeiro, tratores começaram a realizar o desmatamento em território pertencente à comunidade, além de realizarem o gradeamento da área. Segundo informações obtidas junto aos

Foto: CPT Maranhão

funcionários da fazenda, a área está sendo preparada para plantio de cana de açúcar. É bom assinalar que a área teria sido arrendada pela proprietária Maria Vitória Fortes Lages Cavalcante a gaúchos (como são conhecidos todos os latifundiários do Centro-Sul do país que vêm se instalando na região), para a realização desse plantio. No quilombo Aldeia Velha, Pirapemas, caprinos do fazendeiro Ivanilson Pontes de Araújo destruíram, por quatro vezes, a roça do quilombola José da Cruz. Na quinta vez, em 31 de janeiro, por ter abatido um dos animais do fazendeiro, que destruía mais uma vez toda sua roça, Zé da Cruz foi preso, humilhado e torturado por policiais militares do Maranhão, lotados em Pirapemas.

Estas graves violações têm como ancoradouro a morosidade dos governos federal e estadual em desapropriar áreas para a Reforma Agrária, o descaso em agilizar o processo de identificação, demarcação e homologação de terras quilombolas, bem como o estímulo desenfreado ao avanço do agronegócio. A face hedionda do agronegócio não se restringe aos assassinatos, tentativas de homicídios, incêndio de casas e capelas e torturas contra trabalhadores rurais. A fome no mundo é percebida pelas instituições multilaterais, pelos governos e pelas empresas privadas transnacionais mais como um negócio do que como uma questão de humanidade e desigualdade social. Eis o caso do Maranhão. Nossa fome, hoje, não é apenas a fome de farinha!

*advogado da CPT Maranhão.

Violência se expande

No dia 25 de janeiro, foi assassinado o militante do MST, Cícero Guedes, nas proximidades da Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Cícero foi cortador de cana e coordenava a ocupação do MST na usina, que é um complexo de sete fazendas com 3.500 hectares. Cícero Guedes era uma referência na construção do conhecimento agroecológico.

10 dias após seu assassinato, no dia 4 de fevereiro, foi encontrado no assentamento Zumbi dos Palmares 4, o corpo da assentada Regina dos Santos Pinho, de 56 anos. Ela fazia parte da coordenação estadual do MST e era líder do acampamento Luiz Maranhão, no parque industrial da Usina Cambahyba. A morte destas lideranças é resultado da violência do latifúndio, da impunidade e da lentidão do Incra em assentar as famílias. As fazendas da Usina Cambahyba acumulam dívidas de milhões com a União e seu processo de desapropriação está paralisado há 14 anos. Porém, a dívida maior é a que foi revelada no mês de maio de 2012: os fornos da Cambahyba foram usados para incinerar corpos de 10 militantes políticos durante a ditadura civil-militar brasileira.

Já em Rio Pardo, Minas Gerais, no início de fevereiro, uma trabalhadora rural chamada Eva passou mal após policiais invadirem sua casa e de seu marido, Valmir, ameaçando o casal e exigindo o endereço de Isaias Dias de Oliveira, liderança do MST no município. No momento da invasão, Eva, grávida de quatro meses, perdeu os sentidos e teve hemorragia. Os policiais deixaram-na em frente a um hospital da cidade, onde posteriormente constatou-se que Eva havia sofrido aborto.

No dia 17 de fevereiro, o Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, da aldeia Tey’ikue, foi encontrado morto no município de Caarapó (MS), em uma estrada vicinal a sete quilômetros do perímetro urbano da cidade, com um tiro na cabeça. Segundo relatos de testemunhas, Denilson e outros dois indígenas estavam indo pescar no sábado, 16, quando foram abordados por três pistoleiros ligados ao proprietário e arrendatário de uma fazenda vizinha à Reserva de Caarapó. Os indígenas correram dos homens armados, mas Denilson acabou apreendido pelos pistoleiros e assassinado – segundo as testemunhas, além do tiro confirmado pela perícia criminal da Polícia Civil de Caarapó, o jovem Kaiowá levou mais um tiro na cabeça e outro no pescoço.

*Informações da CPT Nacional.

MEMÓRIA

Figuras ímpares de nossa história

Neste começo de 2013, a CPT chorou a morte de duas grandes figuras que estiveram muito presentes em sua história. São eles, Frei Jean Raguènès, da CPT Pará, e o amigo e colaborador, o fotógrafo João Zinclar, cujas fotos ilustram muitos números do Pastoral da Terra e o Conflitos no Campo Brasil. Sobre Frei Jean, os freis Henri dês Roziers e Mateus Domingues divulgaram um comovente depoimento, do qual extraímos alguns tópicos. Sobre João Zinclar, Ruben Siqueira, que representou a CPT e a Articulação Popular São Francisco Vivo no seu enterro, nos traça um perfil desta grande figura humana.

Frei Jean Raguènès, radicalmente humano

FREI HENRI E FREI MATEUS

Foto: CPT Xinguara

De infância pobre e assolada pela 2ª guerra mundial, Jean Raguènès ainda criança perdeu seu pai, vítima de um câncer na garganta. Nessa época desenvolveu o desejo de se tornar educador. Após concluir o liceu, foi trabalhar com jovens delinquentes na periferia de Le Mans. Um "insucesso", segundo ele. Em 1957, entrou para Ordem Carmelita onde fez seu noviciado e seus estudos de filosofia. Mas, concluída a filosofia, Jean deixou a Ordem, para, "refletir melhor sobre sua existência e sua missão no mundo". Logo se aproximou da Ordem dos dominicanos.

As aulas e, sobretudo, o Concílio Vaticano II lhe abriram a mente. Após sua ordenação presbiterial, decidiu procurar um trabalho apostólico, e acabou sendo destinado a atuar junto aos estudantes católicos da Faculdade de Direito da Universidade de Paris, juntamente com aquele que se tornou seu grande amigo, frei Henri des Roziers. Jean aderiu com grande entusiasmo aos movimentos estudantis de 1968, que passaram para a história como "maio de 68". A coragem de Jean e Henri fez com que ambos se tornassem ícones entre os movimentos esquerdistas católicos franceses.

Em 1971 foi trabalhar na fábrica de relógios LIP. Em 1973, participou ativamente da greve que se tornou, para a França e a Europa dos anos 1970, emblemática. Face à ameaça de fechamento da fábrica, os operários – entre os quais Jean – decidiram assumir o funcionamento da mesma, recusando-se a fechá-la, e continuaram, eles mesmos, a produzir, vender os relógios e a se pagar, sob o lema "ocupamos, produzimos e vendemos".

Voltando à vida do convento, em 1985, aprofundou-se no estudo da teologia e teve contato com a teologia da libertação que se desenvolvia na América Latina. Neste tempo coordenou por anos uma rede francesa de Solidariedade terceiro-mundista. Já aposentado, Jean propôs a seus superiores se tornar missionário além fronteiras. Entre várias alternativas, em 1994, frei Jean veio para o Brasil, por aqui estar o bispo dominicano Dom Tomás Balduino e, há vários anos, seu companheiro Frei Henri. Ao chegar viveu no acampamento São Carlos, em Goiás (GO) e depois foi para a Amazônia, cinco anos em Altamira e mais de dez em Tucumã, onde fundou a CPT, e depois em São Félix do Xingu. Aos 75 anos, após perder a visão por um glaucoma, foi para São Paulo, no convento do Jardim da Saúde, onde foi eleito prior e iniciou um trabalho com o povo em situação de rua.

No último dia 31 de janeiro de 2013, frei Jean, o eterno revolucionário, entregou sua vida Àquele que ressuscitou Jesus Cristo entre os mortos. Jean foi radicalmente dominicano, radicalmente presbítero, radicalmente cristão, radicalmente ser humano. É em sua humanidade que choramos, é em sua humanidade que aprendemos, é em sua humanidade que nos alegramos".

Adeus a João Zinclar, o fotógrafo do Rio São Francisco

RUBEN SIQUEIRA

Foto: Flaldemir Sant'anna

Fotógrafo, ex-hippie, comunista, operário, sindicalista, sócio-ambientalista mais recentemente – as diversas faces do João foram se somando numa vida breve e intensa de 56 anos, interrompida por trágico acidente rodoviário, no dia 20 de janeiro. Como não poderia deixar de ser, estava a serviço, vindo de ônibus de Ipatinga (MG) onde cobrira as eleições sindicais dos metalúrgicos. No seu velório, de repente, a propalada e difícil unidade da esquerda social e política parecia tão simples... A razão eram as qualidades humanas e políticas do velado: humilde, fiel à causa, generoso suficientemente para iluminar e agregar tanta diversidade. O contrário do tipo político relacionado com todos à base de concessões e conveniências... O testemunho de toda a trajetória de coerência, até o momento final, faz de João Zinclar daqueles raros imprescindíveis de que falava Brecht, que lutam toda a vida! Ah, se mais fôssemos assim!

A luta em defesa do São Francisco deve muito a João. Desde 2005, não há um só momento importante desta luta – contra a transposição de águas, pela revitalização da bacia hidrográfica, da resistência nos territórios dos povos tradicionais, nos encontros da Articulação São Francisco Vivo, nos mutirões de formação e mobilização, nas visitas às comunidades, nas greves de fome de frei Luiz Cappio – que ele não estivesse presente, com o seu olhar único que valorizava a luta popular, que mostrava a beleza das pessoas, do povo em marcha nas ruas ou no cotidiano sofrido, mas cheio de esperanças.

Ao nos aproximar da cova na qual devolveríamos João à terra-mãe, em Campinas (SP), uma gaita, que João também no seu próprio dizer "arriscava" tocar, soprou "A Internacional". E aí Victória, filha sua e de Silvia Ferraro, fez a síntese perfeita da vida do pai, de sua estreita relação com ele. Antes que sob aplausos e balançar das bandeiras, João Zinclar fosse coberto pela terra, joguei sobre ele, misturada às lágrimas, água do Rio São Francisco, que colhemos juntos na nascente, na Serra da Canastra, em 12 de outubro de 2012, no início das comemorações dos 20 anos da Peregrinação do São Francisco da Nascente à Foz, feita por frei Cappio e mais três companheiros. Na foz do rio chovera depois de muito tempo seco, na madrugada do desaguar da vida de João Zinclar no Infinito... Vai em paz, companheiro! Seguimos na luta, também por você!

DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Trabalho Escravo: O lucro ou as pessoas?

ELIZABETE FLORES E CRISTIANO APOLUCENA CABRAL*

Foto: João Ripper

O dia 28 de janeiro foi oficializado em 2009 como o dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, data esta escolhida para homenagear os três auditores fiscais do trabalho: Erastóstenes, João e Nelson, e o motorista Ailton, que foram assassinados durante fiscalização de denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unaí (MG), em 2004.

Entretanto, nove anos depois, o crime, que ficou conhecido como 'Chacina de Unaí', continua impune e, mais uma vez, teve seu julgamento, previsto para fevereiro, adiado, depois que a juíza da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte declinou a competência para a Vara Federal de Unaí, sendo este um local onde os acusados possuem prestígio econômico e político, numa nítida sinalização de manter a impunidade.

Esta realidade, que permeia a existência do trabalho escravo, da impunidade, desvalorização do trabalho e valorização da propriedade acima de tudo, já é antiga. Perpassando pela nossa história, o trabalho nunca foi valorizado, ou somente foi e é valorizado como criador de riquezas àqueles que não trabalham. Nesta história, a escravidão e a maximização da exploração foram o 'normal' e os direitos trabalhistas e humanização do trabalhador uma anomalia.

Após a escravidão do índio e durante a do negro, já havia o que hoje chamamos de trabalho escravo contemporâneo, que existia e existe, não mais pela cor ou etnia, mas pela classe em que o indivíduo está inserido. Em 13 de setembro de 1830, com a lei que "Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços", o trabalho escravo 'moderno' se legaliza. O capitalismo brasileiro já surgiu escravizando.

Ao deixar de ser lei, décadas depois - endividar, aprisionar, agredir e até matar o/a trabalhador/a - transformou-se em norma comportamental aos que escravizam e, muitas vezes, aos escravizados. Por isto a necessidade de instituições repressivas estatais e privadas para que ajam de forma a acabar com a morosidade do sistema judicial. Exemplo atual é o citado caso de Unaí, pois em uma sociedade em que a propriedade privada de produção é sacralizada e central, nada e ninguém poderá ir contra ela.

Juntamente com a intensificação da exploração do trabalhador em busca de mais lucros está a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização das relações de trabalho, que se refletem no ambiente do trabalho, alimentação, transporte, saúde, dormitórios, entre outros, como são os exemplos espalhados pelo país de trabalhadores em canaviais, que sob fuligem, fumaça e poeira trabalham até 12 horas no corte e transporte da cana ao caminhão, chegando ao ápice de exploração até a morte.

O que ainda facilita esta culturalização e prática do trabalho escravo, são: os empregos temporários e sazonais, onde a intensificação e precarização são mais comuns; a migração, deslocando o indivíduo de seu meio social sentindo-se psiquicamente frágil e desorientado; a existência da miséria, que está diretamente ligada à concentração da propriedade privada de produção no campo e na cidade, que excluem uma massa enorme de homens e mulheres.

Ainda tem-se a "fábrica do medo", produzida por este sistema estruturalmente desigual, cuja função é manter o status quo relatado acima, que manipula trabalhadores/as sob diversas circunstâncias de escassez de bens materiais e simbólicos, do desemprego, da fome, da exclusão social e os obrigam, mesmo que inconscientemente, a se adequarem à necessidade do sistema. Assim, a falta de esperança de um emprego que lhes proporcione o mínimo de condições de vida digna, facilita o aliciamento por parte dos escravagistas em todo o Brasil, tanto no campo quanto na cidade.

O trabalho escravo no campo brasileiro, que é determinado pela clara política governamental de expansão das fronteiras agrícolas e pelo moderno e tecnológico agronegócio voltado para a exportação, possui dados alarmantes: somente em 2012 houve a libertação de 2.723 trabalhadores/as, totalizando desde 2003 mais de 40 mil libertos.

Em combate profético à realidade acima apresentada está a ação da CPT que se desenvolve a partir dos eixos da LUTA PELA TERRA, que busca a autonomia dos trabalhadores explorados e expropriados sem terra; LUTA NA TERRA, para a permanência dos camponeses em seu processo de autonomia; e DIREITOS, que visa a conscientização de homens e mulheres de sua condição humana nesta realidade bárbara. Percebendo essa realidade histórica do trabalho escravo no Brasil, criou em 1997 a Campanha "De Olho Aberto Para Não Virar Escravo", que visa combater a condição desumana imposta pelo capitalismo.

Além das diversas atividades realizadas cotidianamente pela campanha, aconteceram em vários Estados durante a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (27/2 à 2/3), eventos como atos públicos, debates, blitz educativas e seminários, realizados não só pela CPT, mas por outras entidades. Entre elas destacamos o seminário de São Felix do Araguaia, realizado pela CPT, que contou com presença e homenagem pelo Ministério Público do Trabalho, àquele que foi "a voz que clamou no deserto"- Pedro Casaldáliga – que denunciou, já na década de 1970, a existência do trabalho escravo no Brasil.

Diante esta realidade, devemos todos nos unir para acabar de vez com esta vergonha!

* agentes da CPT Mato Grosso.

América Latina: nossas lutas, o bem viver e a Igreja

O padre e sociólogo François Houtart concedeu entrevista ao Pastoral da Terra em que analisa a conjuntura latinoamericana, a ação social da Igreja, os 50 anos do Concílio Vaticano II e os ensinamentos dos indígenas a toda a sociedade. Confira:

CRISTIANE PASSOS*

Pastoral da Terra – *Gostaríamos que você fizesse uma avaliação da organização dos camponeses na América Latina e de suas lutas, no atual contexto político.*

François Houtart - As formas de luta são muito diferentes, porque as situações são diferentes. Mas me parece que o movimento camponês é o mais importante no contexto de América Latina. Especialmente se incluirmos os movimentos indígenas. Mas às muitas ações dos movimentos correspondem reações e repressão. Esta repressão se dá em toda a América Latina. Uma luta muito importante hoje é a luta contra as minas a céu aberto, que se desenvolve em toda a região, e também na África e na Ásia, em especial nas Filipinas. A exploração mineral expulsa camponeses e camponesas de suas terras, bem como indígenas, além de contaminar a água e o solo. Em toda a América Latina, desde o México ate a Patagônia, há processos de resistência contra esse modelo, e ao mesmo tempo, há criminalização das resistências, mesmo nos governos ditos mais progressistas.

Mais importante para os camponeses é a concentração das terras que existe em todo mundo nas mãos de multinacionais, e a expansão dos monocultivos. Os movimentos camponeses reagem contra isso, e essa resistência é fundamental, não somente para salvar socialmente os próprios movimentos, mas também para salvar o planeta. Os movimentos camponeses e indígenas têm um protagonismo fundamental para alertar a opinião pública mundial sobre o que está acontecendo. Além disso, eles têm outra tarefa, que é o desenvolvimento de uma agricultura camponesa. Não basta protestar e resistir, é preciso também propor alternativas. E a alternativa é a agricultura camponesa. Evidentemente uma agricultura mais eficaz e modernizada, com educação dos camponeses, para o uso da água, das sementes etc. Isso parece contraditório, pois protestar significa ser marginalizado ou

Foto: Joka Madruga

condenado, e a construção de outro modelo exige tempo, instituições, e também educação.

É verdade que a marginalização e a criminalização têm efeito sobre os camponeses e, indiretamente, as políticas assitenciais contra a pobreza vêm debilitando os movimentos. Mas é preciso reconstruir seu poder de organização. E exatamente por isso articulações em escala mundial como a CLOC (Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo) ou a Via Campesina são tão importantes. É uma maneira de expressar solidariedade entre todos os movimentos. Quando um passa por uma crise, os outros podem ajudar e animar.

P.T. – *Como deve ser a relação dos movimentos com o Estado, já que mesmo nos governos chamados progressistas, há repressão e criminalização?*

F. H. - Evidentemente é uma relação conflituosa. Inevitável. E exige várias estratégias. Os movimentos devem continuar protestando e mobilizando a opinião pública contra a repressão. Mas, nos governos há pessoas ou grupos aliados e é preciso guardar o contato com eles, para promover outros tipos de política. Os movimentos devem trabalhar e pensar a política a médio e longo prazo, não a curto prazo. A pergunta a se fazer seria como preparar um pós-Correa, pós-Chavez, pós-Morales, e que elementos propor para um projeto político. Evidentemente os movimentos sociais não são partidos políticos, mas são políticos no sentido de que influem na política, são atores diretos da política.

P.T. – *Estamos no marco dos 50 anos do Concilio Vaticano II, gostaria que você falasse um pouco do papel da Igreja no contexto das lutas sociais.*

F. H. - A Igreja na América Latina conheceu um período extraordinário, marcado pela Conferência de Medellín, em 1968, na Colômbia, com bispos que afirmaram e assumiram a importância das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Houve um comprometimento da Igreja com os movimentos sociais, em particular com o movimento camponês. Aqui no Brasil ficou muito conhecida a atuação da Comissão Pastoral da Terra e o acompanhamento da Igreja na defesa dos camponeses e militantes durante o período da ditadura, e depois, também, no apoio ao desenvolvimento de movimentos camponeses, em particular do MST. Mas nos últimos 30 anos, mais ou menos, houve uma política de restauração da igreja antiga, autoritária, hierárquica, concentrada sobre si mesma, não mais de compromisso social. Excluiu-se a Teologia da Libertação, destruíram-se as Comunidades Eclesiais de Base, e isso é claramente um desastre. Um desastre eclesiástico, um desastre humano também. Hoje alguns bispos e grupos de sacerdotes apoiam as lutas sociais, de uma forma mais individual. Não se pode mais dizer que a Igreja como corpo está apoiando estes movimentos. É uma Igreja que se marginaliza totalmente das forças dinâmicas da sociedade, que se identifica cada vez mais com as forças reacionárias de direita, e com os interesses das classes sociais, que não são as classes populares. Não devemos colocar nossa energia em combater a Igreja, mas nas lutas sociais, em função da fé cristã, do compromisso cristão.

P.T. – *Qual a importância da luta indígena baseada nos princípios do "Bem Viver", na luta social na América Latina?*

F. H. - Esta referência aos conceitos dos povos indígenas é extremamente importante, como a referência ao Bem Viver, como inspiração, e contradiz a lógica toda do sistema capitalista. É um princípio de reencontro da visão holística, da visão de conjunto da realidade. A modernidade, especialmente a promovida pelo capitalismo, nos leva a conhecer segmentações da realidade. Essa visão indígena, seus conceitos, ajuda a redescobrir uma visão global do mundo, completa, em que se conjugam a relação com a natureza, a maneira de produzir, a organização coletiva e a cultura. Não significa que temos que adotar a cosmovisão indígena, mas historicamente situá-la, ao lado de outras culturas como a urbana. O mais importante é uma luta comum em defesa da Terra.

** Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

PÁGINA BÍBLICA

O caminho da justiça

SANDRO GALLAZZI*

Nas últimas edições fomos refletindo sobre a resistência dos profetas à opressão da monarquia. Os caminhos para sair dela são a solidariedade, a mística e a justiça. Na edição passada viu-se que os profetas alimentam a mística buscando no deserto a memória da luta pela libertação, e ajudando o pobre a descobrir que Deus deu só a ele a responsabilidade e a capacidde de construir "o direito e a justiça na terra." Acompanhemos a reflexão de Sandro.

A pedra que os construtores rejeitaram foi a mais importante

Os profetas quando contam a história de Abraão e Moisés, mostram que os instrumentos que Deus escolhe para construir seu projeto são aqueles que os homens costumam descartar: Abraão e Sara, um casal velho e estéril, para serem pai e mãe do povo … Moisés, um menino jogado ao rio, um fugitivo cheio de medo... e muitos outros como Gedeão, o menorzinho de todos os irmãos, ... Davi, o pastorzinho que enfrenta Golias... e mais: Agar, Rebeca, Débora... as mães do povo.

É a nova lógica da história profética. Mas não pode ser só Deus quem crê e aposta no pobre. O pobre tem que crer em si mesmo e no outro pobre. Não é suficiente que Abraão creia em Deus para ser o pai do povo, precisa crer também em Sara e ela crer em si mesma.

O grande trabalho profético não será só questionar o sistema opressor com coragem. O profeta vai fazer que o pobre se veja a si mesmo com os olhos de Javé e não com os olhos do patrão. "Você é importante para mim". Essa é a boa notícia anunciada aos pobres. Dizer aos pobres: "Assim diz Javé: você é importante para mim, você é precioso aos meus olhos, eu gosto de você, eu o amo, eu o escolhi para implantar na terra o direito e a justiça; e se você não o fizer, ninguém vai fazê-lo".

Essa é a novidade, é o centro da mensagem profética. Jesus irá no mesmo sentido: "Eu te agradeço, ó Pai, porque revelaste o mistério de teu reino aos pequenos, aos pobres e o escondeste aos sábios. Esta foi tua vontade." Os pobres não necessitam ser salvos, libertados por nós. A boa notícia diz que os pobres são os sujeitos históricos da libertação, não objetos de nossa ação. Devolver ao pobre esta certeza é o caminho decisivo que permite a ele vencer o medo de assumir o projeto e de enfrentar a perseguição até a morte. Porque ele tem consciência de que é Servo de Javé.

O terceiro caminho para sair da opressão: o caminho da justiça

Depois de um longo caminho, o profeta Elias está preparado para o conflito com o rei. Um rei que ficou com a vinha do camponês Nabot, manipulando os juízes, acusando-o de ser inimigo de Deus e do rei. Incentivado por Jezabel, Acab se considera o único que manda em Israel. O rei crê que é Deus e faz o que quer com a vida do povo e com a terra. Sobre esta mesma terra que bebeu o sangue de Nabot, Elias encontra o rei. "Ladrão e assassino!": é a denuncia profética que enfrenta o poderoso, desmistificando-o. Ele não é Deus, deve ser destruído. Este é o caminho da justiça. Se existe uma estrutura social opressora, o profeta sabe que o lugar de Javé é onde está o oprimido. O opressor está em cima, num lugar onde Javé nunca vai estar.

É mais que uma questão emocional, que uma questão psicológica de intenções. O profeta não olha as intenções do opressor. O profeta não pergunta se é rico, porque é ladrão, ou porque herdou de seu pai, ou da esmola do templo. O profeta olha os pés. O rico está num lugar errado, onde Javé nunca vai estar. A única alternativa de salvação é estar onde Deus está. O rico deve renunciar a ser rico para ajudar a construir uma sociedade diferente. É um problema político, não só ético. O problema é entender que uma sociedade dominadora é uma sociedade injusta em si mesma. É necessário destruir a dominação.

Quantas vezes nas palavras proféticas, escutamos Deus dizendo "meus pobres"... Mas nunca diz, "meus ricos", isso não existe. Por isso o profeta denuncia todos os responsáveis pela injustiça:

- São os pesos errados das balanças dos comerciantes;
- São os juízes corruptos que se deixam comprar para julgar;
- São os reis, são os sacerdotes, são os falsos profetas.

O profeta não tem medo de falar e apontar dando o nome dos responsáveis pela situação. O profeta oferece ao opressor um só caminho: deixar de ser opressor. Não pede ao rico um copo de leite para o pobre, exige que devolva a vaca que roubou. É necessário que o opressor devolva o que está roubando. Se não o fizer, não há salvação. É o caminho inevitável da justiça. Sobretudo quando o opressor usa o nome de Deus para justificar-se a si mesmo.

Sempre vai haver conflito entre o profeta e o templo.: "Eu não pedi oferendas, nem holocaustos, o que eu quero é a justiça, o que quero é o bem. Afasta de mim teus sacrifícios, tuas orações, tuas mãos, porque elas estão cheias do sangue de meus pobres. Eu não quero festa, nem celebração, nem missão, nem hinos, nem sábados, nem luas novas. Eu quero que a justiça corra como um rio caudaloso. Eu quero o bem: que se ampare o órfão, o pobre, o oprimido e a viúva". Nisso todos os profetas coincidem. A memória antiga diz: "No deserto eu nunca lhes pedi oferendas, nem sacrifícios. Quero o bem. Não quero o jejum. Isso não basta para romper a opressão. Quero que se dê ao pobre o que é seu direito". "Estão vendendo os pobres por um par de sandálias!".

A maior bandeira dos profetas é: "Façam justiça!" Fazer justiça é servir a Javé. A Javé do deserto, a Javé da conquista da terra, a Javé libertador. Servir a Javé significa, para o profeta, fazer um ensaio de uma nova sociedade igualitária.

*agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

Escolas camponesas no Ceará: um espaço de formação para jovens do semiárido

THIAGO VALENTIN*

Segundo dados oficiais, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil, onde vivem 22 milhões de pessoas, ou seja, 11,8% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior parte do território do semiárido é coberta pela caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro.

Até pouco tempo atrás predominava, no semiárido, a ideia de enfrentar a seca, fugir da região, ir em busca de novas oportunidades em outros lugares. A CPT tem sido um ator importante para a mudança dessa visão e para o surgimento e consolidação de um novo paradigma, o da CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. O que antes era combater a seca, agora é conviver e bem viver na região conforme a realidade se apresente.

A fim de materializar este modo de vida, resgatando e fortalecendo saberes e práticas dos povos do semiárido, várias entidades, entre elas a CPT, implementaram alternativas de convivência com o clima da região: cisternas de placa, cisternas calçadão, quintais produtivos, mandalas, pequenas barragens, casas de sementes crioulas, projetos de criação de pequenos animais... A rede de parceiros e parceiras foi aumentando e, hoje, várias entidades, congregadas ainda em articulações maiores, como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), desenvolvem este trabalho com capacidade técnica e sensibilidade para o protagonismo dos camponeses e camponesas.

A CPT sempre apostou na formação como meio de possibilitar o protagonismo camponês. Diante da alta migração dos jovens rurais para as cidades, as alternativas de convivência, aliadas à formação, têm criado as condições para uma maior fixação da juventude no campo, pois além do resgate dos saberes tradicionais, têm possibilitado a eles uma ocupação diária, produção para o consumo familiar e comercialização do excedente, gerando emprego e renda.

Pensando em potencializar a inserção da juventude nestes projetos, a CPT criou um espaço de formação chamado de Escolas Camponesas. Realizadas em comunidades camponesas que possibilitem o estudo teórico das temáticas, mas também o contato com experiências concretas, turmas de cerca de 30 jovens rurais se reúnem para aprofundar seus conhecimentos sobre a convivência com o semiárido, em vista de implantarem, em suas próprias comunidades, experiências que sejam viáveis, baratas e de fácil manejo.

As Escolas Camponesas tem a duração de 180hs, divididas em três módulos de três dias cada, entre teoria e prática. São coordenadas pelas equipes da CPT e assessoradas por agentes da CPT e técnicos pertencentes a entidades parceiras. Uma parceria muito importante na assessoria se dá com alunos da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, de Independência (CE). Vários destes alunos inicialmente participaram das Escolas Camponesas, por este ser um espaço de motivação e formação em vista de uma qualificação técnica de base agroecológica.

Uma das dificuldades é a pouca existência de espaços com este tipo de formação, dado que as escolas agrotécnicas do Estado preparam profissionais para a atuação no agronegócio.

O conteúdo dos três módulos das Escolas Camponesas são os seguintes:

1º Módulo - INTRODUÇÃO À AGROECOLOGIA: apresentação geral do programa da Escola Camponesa e introdução aos princípios da Agroecologia.

2º Módulo - MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLO E MANEJO DE CULTURAS: estuda-se o que é solo, quais os tipos de solo, a importância do solo para a manutenção da vida e o que fazer para manejá-lo de forma sustentável.

3º Módulo - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS, MANEJO DE PASTAGEM E ALIMENTAÇÃO ANIMAL: discute-se a importância da criação de pequenos animais, enfocando de forma mais precisa os caprinos, ovinos e galinhas, e de como fazer um manejo correto da pastagem para alimentação destes animais.

Foto: Thiago Valentim

A partir dessas temáticas, é feita a escolha das comunidades que vão acolher os participantes a partir das experiências necessárias para o estudo em cada módulo. Além de um espaço de estudo, as Escolas Camponesas são também espaços de convivência fraterna dos alunos, destes com as comunidades, com os assessores e assessoras, e agentes da CPT. Outros momentos são proporcionados, como celebrações, visitas as famílias, noites culturais, trocas de experiências. As comunidades colaboram na hospedagem dos alunos, na doação de alimentos e na infraestrutura necessária. Compra-se o que for necessário na própria comunidade e prima-se por consumir somente produtos da agricultura familiar camponesa.

Na avaliação dos alunos e da própria CPT, as Escolas Camponesas tem sido positivas para vida dos jovens, para o fortalecimento comunitário e de um projeto maior de convivência com o semiárido. Os resultados são inúmeros, desde o fortalecimento de um projeto pessoal de cada aluno das Escolas Camponesas, como também as mudanças que podem ocorrer em níveis maiores, comunitário, municipal, regional. Alguns alunos se tornam, posteriormente, agentes da CPT.

Por tudo que as Escolas Camponesas tem significado para a juventude rural do Ceará e para a CPT, reafirmamos nossa opção pela juventude e nosso empenho em manter vivo e atuante este espaço tão importante para a formação dos jovens rurais do semiárido cearense.

*da coordenação da CPT Ceará

CULTURA

Ilustração: Cerezo Barredo

Páscoa

Na sua morte o véu do Templo se rasgou de alto a baixo.
E a canga da subserviência e da imobilidade foram derrubadas;
as mordaças do medo que retinham o grito dos pobres foram arrancadas
E os grilhões da escravidão, das cercas e da morte foram rompidos

Ele Ressuscitou

E nós o encontramos,
não mais no Templo ou
nos palácios, mas no irmão
e na irmã que buscam viver
a vida plena na liberdade
dos filhos e filhas de Deus
e na alegria da construção
do Reino.

Feliz Páscoa.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**